

Percursos históricos da Linguística popular como campo de estudo e suas relações com outros domínios da linguagem: o *olhar linguístico*¹

The historical development of folk linguistics as a field of study: the linguistic view

Dennis Preston²

Resumo: A linguística popular enfrenta certas dificuldades de denominação: deve ela ser chamada de “linguística folk” ou “profana”, “cotidiana” ou “secular”? Este artigo começa por um exame detalhado da noção de *folk*, antes de esboçar a história desse campo de pesquisa, dispensando atenção particular à dialetologia popular (ou “perceptual”). Estabelece-se em seguida o valor dos trabalhos de Linguística popular em relação a vários outros campos de interesse, para concluir situando a Linguística popular no quadro mais amplo de estudos correlatos, designados aqui coletivamente pela expressão ‘olhar linguístico’ (*language regard*).

Palavras-chave: Linguística Popular. Dialetologia perceptual. Atitudes linguísticas.

Abstract: *Folk linguistics faces certain difficulties regarding its nomenclature: should it be called “folk linguistics” or “profane,” “everyday,” or “secular”? This chapter begins with a detailed examination of the concept of “folk” before outlining the history of this field of research, paying*

¹ Uma versão modificada deste artigo foi publicada como capítulo no livro *Manuel de linguistique populaire*, organizado por Lidia Becker, Sandra Herling et Holger Wochele em 2024. Tradução da versão francesa Éric Azevedo e revisão técnica Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira.

² Dennis R. Preston - Adjunct Professor of Linguistics - University of Kentucky; <https://orcid.org/0000-0001-9949-0211>. dennisr.preston@gmail.com.

particular attention to folk (or “perceptual”) dialectology. It then establishes the value of works in popular linguistics in relation to various other fields of interest, concluding by situating popular linguistics within the broader framework of related studies, collectively referred to here as the “language regard.”

Keywords: Folk linguistics. Perceptual dialectology. Linguistic attitudes.

1 Terminologia

A história do uso de *folk* como designação apresenta problemas em muitas línguas. A origem do termo remonta ao protoindo-europeu (PIE) *PELə-1* (*‘to fill’*, cf. Watkins, 2000, p. 2041), e basta uma breve incursão na linguística histórica para encontrar-lhe reflexos nas línguas europeias: *plethora*, *crowd*, *plebian*, entre outros. Embora o sentido geral de *folk* (*‘povo’*) tenha sobrevivido na maior parte das variedades germânicas, o *folc* do inglês antigo perdeu terreno para *people* em decorrência da conquista normanda, adquirindo no uso comum sentidos como *‘pitoresco’*, *‘rural’*, *‘antiquado’*, *‘tradicional’*, e até mesmo *‘mal-informado, leigo’*, *‘ignorante’* ou simplesmente *‘falso’*. As línguas eslavas seguiram caminho mais direto a partir do PIE **h₁lewdh-* (*‘povo, gente’*, ex. *lud*, no polonês moderno).

Em alemão, *Volk* parece ter adquirido várias dessas mesmas conotações *“pitorescas”*, *“rurais”* e *“incultas”*, apesar de sua breve e precária associação com o nazismo na primeira metade do século XX, quando esse movimento nacionalista recorreu ao termo para identificar o povo *“real”* de um Estado-nação ou de um território de origem, com implicações etnocêntricas evidentes. Esse uso talvez tenha sido uma das razões para a escolha do termo alemão *Laienlinguistik*. Em francês, o *“peuple”* parece ter prevalecido na expressão *“linguistique populaire”*, a despeito das reservas ligadas à própria palavra *“populaire”*, que poderia sugerir que a informação e as práticas associadas ao termo, além de subvalorizadas, seriam *“vulgares”* ou mesmo *“erradas”* (cf. por ex. Paveau 2008/2020, nota 2). Em inglês, o termo *folk linguistics* parece ter sido mais ou menos codificado por Hoenigswald (1966)³.

³ N. do T: A versão em língua portuguesa da conferência de Hoenigswald, *Uma proposta para o estudo da Linguística popular*, que para muitos estudiosos do campo, inaugura o campo dos estudos de Linguística popular, foi publicada como capítulo no livro: *Linguística popular/Folk linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?* e está disponível em

Para além das diversas associações históricas e atuais, a Linguística popular moderna, distante do catálogo pouco pertinente proposto pelo verbete da Wikipédia em inglês (Wikipedia), emprega o termo *folk* em sentido bastante próximo daquele adotado pelos folcloristas modernos para o “folclore”.

Todo grupo unido por interesses e propósitos comuns — seja culto ou inculto, rural ou urbano — possui um conjunto de tradições que pode ser chamado de seu folclore. Nessas tradições entram muitos elementos, individuais, populares e até “literários”, mas todos são absorvidos e assimilados, por repetição e variação, em um padrão que tem valor e continuidade para o grupo como um todo (Botkin 1938, tradução nossa).^{4 5}

Em outras palavras, todo mundo faz parte do *folk*, podendo cada pessoa pertencer a mais de um grupo, conforme sugere a terminologia mais recente da sociolinguística: “comunidade de fala”. Convém, contudo, fazer duas restrições adicionais.

Em primeiro lugar, dado que todos os grupos fazem parte do *folk*, a identificação das suas práticas como folk(lóricas) requer uma caracterização mais detida. Niedzielski e Preston (2003) sugerem o seguinte: “Empregamos *folk* para nos referir àqueles que não são profissionais formados na área sob investigação (sem que neguemos, em momento algum, o fato de que os próprios linguistas profissionais também constituem um grupo *folk*, com seu próprio, rico e produtivo conjunto de crenças)” (Niedzielski; Preston, 2003, p. xviii, tradução nossa)⁶. Equivale a dizer que cada grupo possui um “conjunto de tradições” que não inclui diretamente o aspecto científico/técnico/“literário” de suas atividades. Digo “diretamente” porque mesmo o cientista mais empírico pode realizar parte de seus trabalhos por meio de práticas baseadas na tradição, pertencentes ao conjunto ou a um subconjunto da profissão e aqui

<https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4177/1/Lingui%CC%81stica%20Popular:Folk%20Linguistics%20-%20saberes%20lingui%CC%81sticos%20de%20meia%20tigela%3F.pdf>

⁴“Every group bound together by common interests and purposes, whether educated or uneducated, rural or urban, possesses a body of traditions which may be called its folklore. Into these traditions enter many elements, individual, popular, and even ‘literary’, but all are absorbed and assimilated through repetition and variation into a pattern which has value and continuity for the group as a whole” (Botkin 1938).

⁵N. do T.: as citações que Preston apresenta em inglês foram vertidas para o português neste corpo de texto, com a indicação “tradução nossa”.

⁶“We use folk to refer to those who are not trained professionals in the area under investigation (although we would not for one moment deny the fact that professional linguists themselves are also a folk group, with their own rich set of beliefs)” (Niedzielski/Preston 2003, p. xviii).

devo dizer que aguardo com expectativa o estudo do folclore dos sociolinguistas.

Deve ficar claro, contudo, que essa restrição se baseia em um preconceito tipicamente ocidental, ou influenciado por uma orientação científico-tecnológica, e não examinarei aqui em detalhe seus efeitos. Apenas observo que termos como “expertise” e/ou “especialização” (em vez de “ciência” ou “tecnologia”) talvez sejam mais adequados para indicar o nível de conhecimento específico que certos indivíduos detêm em uma sociedade, considerando que muitos traços culturais, embora originados em práticas tradicionais, hoje se encontram codificados e vinculados a especialistas. Desse ponto de vista, em sociedades alheias à orientação científico-tecnológica da medicina, seria inadequado sugerir que determinadas práticas médicas, cuja eficácia foi comprovada experimentalmente, constituam exemplos de medicina “popular”. Na medida em que são realizadas por especialistas, não se pode atribuir a elas esse qualificativo.

Segunda ressalva: mesmo segundo uma orientação ocidental, a simples dicotomia entre ciência/tecnologia e povo/*folk* é insuficiente. Muitos grupos receberam alguma iniciação, ou mesmo formação, nessas mesmas ciências que a primeira restrição acima formulada procurou excluir. Em outras palavras, a distinção entre “linguista” e “não linguista” é inadequada, e Paveau propõe a esse respeito uma gradação muito pertinente, que vai daqueles que receberam formação como linguistas àqueles para os quais isso evidentemente não se aplica, embora tomem como objeto de observação a linguagem:

- 1) Linguistas profissionais;
- 2) Pesquisadores não linguistas;
- 3) Linguistas amadores;
- 4) Logófilos, glossomaníacos;
- 5) Corretores-revisores-redatores;
- 6) Escritores, ensaístas;
- 7) Ludo-linguistas (ex. comediantes, imitadores etc.);

8) Militantes, amantes da língua, juristas etc., cujos textos e produções orais centram-se na descrição e na intervenção;

9) Falantes comuns (Paveau, 2008/2020, modificado para este texto).

Gostaria de acrescentar, em algum ponto entre 1 e 2 (ou 2 e 3), o rótulo “linguistas parciais”, isto é, aqueles que receberam formação em um ou mais subcampos da linguística necessários à sua própria atividade profissional. Penso aqui em profissões como o ensino de línguas estrangeiras e da língua materna, as ciências da fala e da audição, e uma série de campos técnicos relacionados à tradução automática, ao reconhecimento da fala, entre outros. Seja qual for a posição de um dado grupo nesse *continuum*, muitos sem dúvida nutrem interesse profissional pela língua, e será preciso cautela ao identificar suas crenças como crenças de “não linguistas”.

2 Um pouco de história

Em 1898, Conrad (ou Konrad) Friedrich Polle, professor de ensino secundário em um liceu em Dresden, publicou um opúsculo intitulado *Wie denkt das Volk über die Sprache?* ‘Como o povo pensa a língua?’. Seus dados provinham de um amplo conjunto de textos literários, históricos e filosóficos, bem como de expressões proverbiais e outras fontes do uso comum. Suas pesquisas chegaram a três conclusões:

...primeiramente, que o vínculo entre o nome e o objeto que o porta não é acidental, mas necessário. Em segundo lugar, que tudo o que existe deve poder ser nomeado, isto é, conhecido, e que, inversamente, aquilo que não existe não pode pretender um nome. Em terceiro lugar, que ao nomear, ou seja, ao conhecer uma coisa, o ser humano a submete e adquire poder sobre ela (Polle 1898, p. 124, tradução nossa)⁷.

Em 1898, Polle provavelmente já tinha notícias do desenvolvimento da linguística histórica e dos estudos dialetológicos na Alemanha, mas considera as opiniões populares como “definitivamente verdadeiras” (o primeiro capítulo

⁷Tradução nossa, a partir da tradução francesa proposta por Preston (2023). O original alemão consta de Polle (1898, p. 124). Como o autor deste texto já havia traduzido o original alemão para o francês, optamos por verter a passagem do francês para o português, registrando esta cadeia tradutória em vez de recorrer ao apud, dado o estatuto de Polle (1898) como obra inaugural da Linguística popular.

intitula-se mesmo “*Das Volk versteht richtig*” ‘O povo compreende bem’) e enxerga nelas um ponto de partida para o exame das posições filosófico-teóricas que são linguisticamente pertinentes, sugerindo que, caso difiram de uma dada opinião científica, o ônus da prova caberia aos cientistas.

A primeira incursão no campo da Linguística popular na Europa parecia, contudo, pressupor que os cientistas já tivessem estabelecido os fatos. Já em 1886, P. Willems desenvolveu um método para o estudo do conhecimento popular dos dialetos, inaugurando, notadamente nos contextos norte-americano, europeu e oriental, o subdomínio mais vigoroso da Linguística popular: a dialetologia popular ou “perceptual” (Preston 1989), também chamada em alemão de *Wahrnehmungsdialektologie* ou *Alltagsdialektologie* (Anders; Hundt; Lasch, 2010). De todo modo, independentemente da forma de coleta dos dados dialetais populares, as primeiras interpretações desses dados parecem ter se concentrado na precisão com que refletiam a delimitação científica dos dialetos, sugerindo claramente que, caso contrário, teriam pouco valor. Não retomarei aqui a história inicial desse subdomínio; traduções dos primeiros trabalhos importantes realizados nos Países Baixos e no Japão estão disponíveis em Preston (1999).

Tendências mais recentes em dialetologia perceptual, que recorrem a diversas estratégias de coleta de dados, estão apresentadas em Preston (1989). Em um primeiro momento, sem fazer a ligação com os trabalhos anteriores realizados na Europa e no Japão, o campo se inspirou principalmente em correntes da geografia cultural (ex. Gould; White, 1974). Como tal, deixou de abordar o valor da pesquisa apenas em função da correspondência entre os pontos de vista populares e profissionais, embora trabalhos anteriores de Inoue (1977–1978; 1978–1979) e de Daan (1970) já houvessem sugerido o valor etnográfico e sociolinguístico desse tipo de estudo.

Além do considerável volume de trabalhos realizados na Alemanha, nos Estados Unidos, na Finlândia, na Grã-Bretanha, no Japão e nos Países Baixos, as áreas linguísticas românicas também registraram alguma produção (Brasil, França). No caso da Itália, o interesse pela percepção dialetal se manifestou na publicação de duas antologias (Cini; Regis, 2002; D’Agostino, 2002), de uma extensa bibliografia (Canobbio; Iannàccaro, 2000) e de numerosos estudos ao

longo do país. Os trabalhos mais antigos sobre percepção dialetal são analisados em Preston (1999) e Long e Preston (2002), enquanto estudos mais recentes podem ser encontrados em Preston (2010a; 2010b), que inclui referência específica ao uso de técnicas de cartografia em SIG. Atualmente, publicações e apresentações sobre a percepção das variedades marcam presença regular em colóquios de dialetologia e também de sociolinguística.

Em um nível mais geral, contudo, os trabalhos de linguística popular foram inspirados por Hoenigswald: “deveríamos nos interessar não apenas em (a) o que acontece (linguagem), mas também em (b) como as pessoas reagem ao que acontece [...] e em (c) o que as pessoas dizem sobre o que acontece [...]” (Hoenigswald 1966, p. 20, tradução nossa)⁸. Esse desafio é diretamente enfrentado por Niedzielski/Preston (2003), relato de longas entrevistas conversacionais com habitantes do sudeste do Michigan (Estados Unidos) sobre uma ampla gama de temas linguísticos. A obra recorre extensivamente também aos trabalhos anteriores de dialetologia perceptual. A Tabela 1 abaixo apresenta a lista fornecida aos pesquisadores de campo para orientar as pessoas entrevistadas.

Tabela 1: Lista de temas usada pelos pesquisadores de campo participantes das pesquisas de Niedzielski e Preston (2003, p. 35).

I. PARTICIPANTS	II. INTERACTION	III. CODE / IV. REALIZATION
A. Ascribed	A. Setting	A. Status
1. age	11. time	31. autonomy
2. sex	12. place	32. historicity
3. nativeness	13. length	33. standardized
4. ethnicity	14. size	34. vitality
5. area	B. Content	35. source

⁸ “[W]e should be interested not only in (a) what goes on (language), but also in (b) how people react to what goes on... and in (c) what people say goes on...”.

I. PARTICIPANTS	II. INTERACTION	III. CODE / IV. REALIZATION
B. Acquired	15. situation	36. currency
6. role	16. topic	37. duration
7. specialization	17. genre	38. frequency
8. status	C. Relation	39. value
9. fluency	18. solidarity	40. magic
10. individuality	19. network	41. taboo
	20. power	42. publicity
	D. Function	B. Organization
	21. purpose	43. phonology
	22. outcome	44. syntax
	23. goal	45. semantics
	E. Tenor	46. text
	24. distance	
	25. emotion	IV. REALIZATION
	26. tone	47. body
	27. stance	48. voice
	28. manner	49. mode
	F. Participation	50. channel
	29. speaker	

I. PARTICIPANTS	II. INTERACTION	III. CODE / IV. REALIZATION
	30. hearer	

Fonte: Niedzielski e Preston (2003, p. 35).

Embora nem todos esses temas tenham suscitado pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linguística popular (cf. por ex. Silverstein 1981; Preston 1996a; 2016), muitos permitiram revelar a amplitude, a profundidade e a estrutura das crenças linguísticas populares. É impossível passar aqui em revista a profusão de trabalhos de Linguística popular desde 2000, mas darei ênfase a duas questões que vêm preocupando os pesquisadores há algum tempo.

Em primeiro lugar, a sempiterna questão do aporte da Linguística popular. A proposta de Hoenigswald (1966) nos diz que “deveríamos” nos interessar por ela, e ele multiplica os conselhos temáticos para o trabalho de campo, talvez especialmente apropriados para pesquisas interculturais, sem se demorar, contudo, sobre o valor dos resultados. Complementando Niedzielski e Preston (2003), Preston (2005) são mais explícitos sobre o valor desse campo.

1) A Linguística popular é fecunda para quem deseja realizar uma etnografia completa de uma comunidade linguística. Sejam ou não pertinentes, as crenças de seus membros sobre a língua constituem, sem dúvida, um dos elementos dessa descrição;

2) A Linguística popular é profícua porque, no cotidiano, os não linguistas mantêm contato próximo com outros falantes que, embora semelhantes a eles, também apresentam diferenças. É bastante provável que desenvolvam sensibilidade para fatos linguísticos aos quais os linguistas nem sempre têm acesso, oferecendo, assim, pistas relevantes para o trabalho científico;

3) A Linguística popular é benéfica para qualquer programa de estudos sobre variação e mudança linguísticas: as crenças dos falantes sobre a língua, bem como sobre a variação e a mudança, certamente influenciam os traços e

as configurações que passam a integrar (ou deixam de integrar) sua própria variedade.

4) A Linguística popular é produtiva para qualquer programa de linguística aplicada: como trabalhar com não linguistas em qualquer domínio da linguagem sem levar em conta suas crenças linguísticas populares, frequentemente profundamente enraizadas? (cf. Preston, 2005).

De modo conciso, o ponto 1 é explicitado por Hymes: “se a teoria que a própria comunidade tem sobre seu repertório linguístico e sobre a fala for considerada (como deve ser em qualquer relato etnográfico sério), as questões tornam-se ainda mais complexas e interessantes” (Hymes 1972, p. 39, tradução nossa)⁹. O ponto 2 foi confirmado por uma série de estudos da percepção popular, de orientação linguística. O célebre dialetólogo japonês Misao Tôjô chegou a integrar uma dimensão popular em sua metodologia científica: “a única maneira de estabelecer regiões dialetais é começar pela consciência dialetal das pessoas comuns e fazer acréscimos e correções com base em pesquisas sobre as características linguísticas particulares que estão na base dessas percepções” (Tôjô, 1953, p. 11, tradução nossa)¹⁰. Mais recentemente, Plichta (2004) demonstrou que comentários populares sobre a nasalidade do falar do Norte do Meio-Oeste dos Estados Unidos eram efetivamente confirmados por estudos minuciosos do aumento da circulação de ar nas cavidades nasais, em vogais de contexto não nasal, entre os falantes mais avançados desse dialeto.

Encontram-se com facilidade elementos que sustentam o ponto 3. O desenvolvimento mais célebre está em Weinreich, Labov e Herzog (1968), que ressaltam o caráter essencial da linguística popular para o desvendamento dos mistérios da variação e da mudança linguísticas:

A teoria da mudança linguística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos das diversas camadas e variáveis em uma estrutura heterogênea. [Esses correlatos] não podem ser deduzidos do lugar das variáveis no interior

⁹ “[I]f the community’s own theory of linguistic repertoire and speech is considered (as it must be in any serious ethnographic account), matters become all the more complex and interesting”.

¹⁰ “The only way to establish dialect regions is to begin with the dialect consciousness of ordinary people and make additions and corrections on the basis of surveys of those special linguistic characteristics which are the basis for these perceptions”.

da estrutura linguística. Além disso, o nível de consciência social é uma propriedade fundamental da mudança linguística que deve ser determinada diretamente (Weinreich; Labov; Herzog 1968, p. 186, tradução nossa)¹¹.

O ponto 4 parece evidente: se queremos trabalhar com não linguistas sobre qualquer aspecto da língua, parece sensato conhecer a crença popular sobre esse aspecto. Pode-se, por exemplo, questionar em que medida professores formados em didática moderna de línguas estrangeiras e segundas línguas obteriam melhores resultados em sala de aula se levassem em consideração as crenças populares de seus alunos sobre a aprendizagem de línguas. Peacock (1998), por exemplo, apresenta as classificações da utilidade das atividades em sala, quase antagônicas, estabelecidas por professores e estudantes em um contexto de aprendizagem do inglês em Hong Kong. Preston (2010c) oferece um panorama mais detalhado do valor da Linguística popular na linguística aplicada.

O segundo ponto de interesse da pesquisa em Linguística popular diz respeito aos seus fundamentos cognitivos, em razão do vínculo evidente entre as crenças populares e as atitudes e ideologias linguísticas. Antes de examinar esse vínculo no parágrafo seguinte, basta observar, desde já, que as crenças linguísticas populares possuem uma etiologia, um local de armazenamento, conexões entre si, vias de emergência e mecanismos de ativação. É isso que ilustra a Figura 1, que representa um “triângulo linguístico popular”, descrevendo os seguintes ‘depósitos’ (*repositories*), condicionamentos e processos:

a. Um evento linguisticamente pertinente ocorre.

1. É notado.
2. É classificado.
3. É imbuído (*imbued*).

bc. É dirigido.

4. Emerge no comportamento.

¹¹“The theory of language change must establish empirically the subjective correlates of the several layers and variables in a heterogeneous structure. [They] cannot be deduced from the place of the variables within linguistic structure. Furthermore, the level of social awareness is a major property of linguistic change which must be determined directly”.

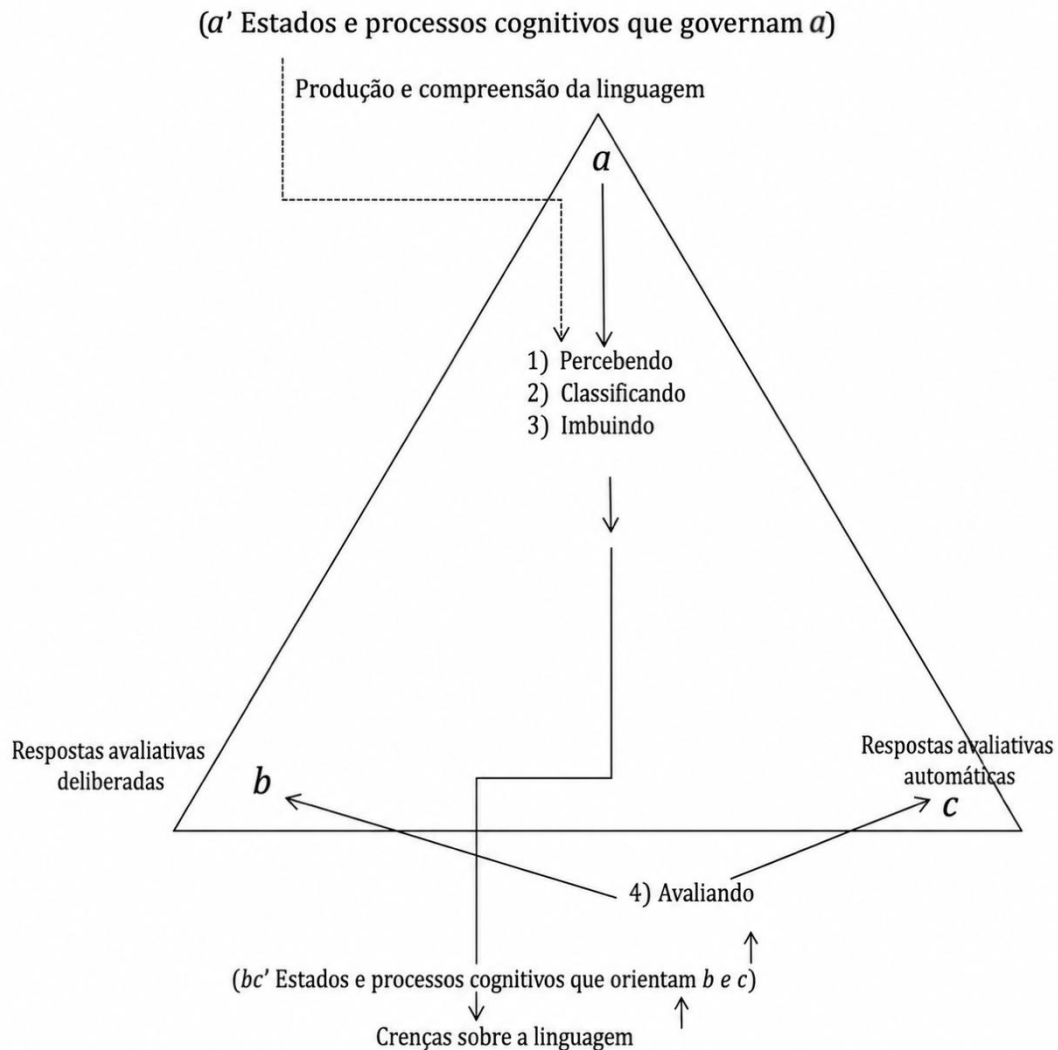


Figura 1: Triângulo linguístico popular

Fonte: Adaptação de Niedzielski e Preston (2003, p. x-xi), tradução nossa.

Para ilustrar com um exemplo: se uma pessoa originária do sudoeste da França ouve em um café um falante pedir um “*pain au chocolat*”¹², ela nota o fato porque o termo empregado em sua região é “*chocolatine*” e os usos diferentes daquele próprio do falante são particularmente sujeitos a ser notados (cf. por ex. Sibata, 1971). Como muitos falantes do sudoeste sabem que “*pain au chocolat*” é um termo do norte, eles o classificam como tal e dirigem-se ao

¹² N. do T: Talvez pudéssemos fazer uma associação com o português brasileiro. Suponhamos que numa padoca paulistana, alguém peça um cacetinho na chapa. Provavelmente o paulistano identificará que quem pediu um cacetinho e não um pão na chapa não é de São Paulo e, sim, provavelmente do Rio Grande do Sul.

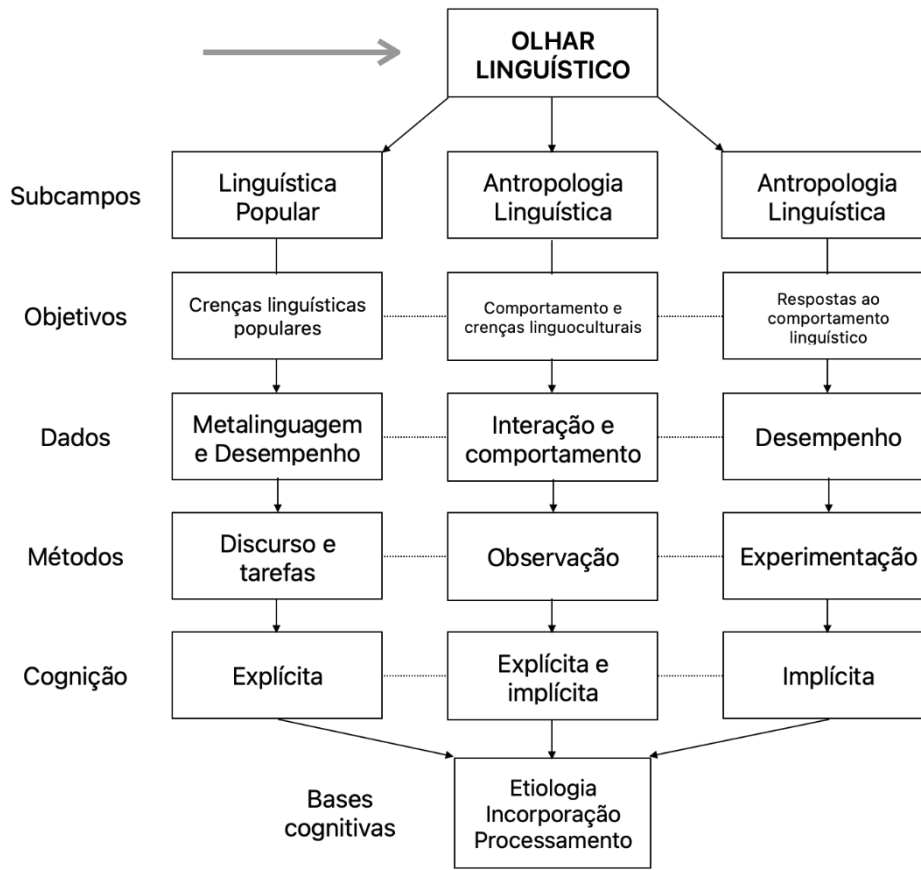
depósito das “crenças ligadas ao olhar linguístico”, onde encontram uma rica gama de caricaturas sobre os franceses do norte. Essa ‘imbuição’ (*imbuing*) por “crenças ligadas ao olhar linguístico” é, na realidade, complexa e pode envolver um processo etiológico chamado “iconização” (Irvine, 2001), sugerindo que, originalmente, essas crenças talvez não digam respeito diretamente à língua, passando a se associar a ela ao longo do tempo.

Quando um ouvinte classifica uma forma linguística como própria de um grupo e mobiliza as crenças associadas a esse grupo para imbuir a própria forma, esse processo pode repetir-se com tal frequência que a imbução leva à adoção dessas características pela própria forma linguística, sem que seja necessário recorrer à identidade do grupo originalmente envolvido. No exemplo acima, é possível que a experiência que associa “*pain au chocolat*” aos falantes do norte da França seja pouco frequente, de modo que o processo de “imbuição” ainda dependa do acesso às crenças gerais sobre os franceses do norte. Se, porém, esse processo se repete com frequência ao longo do tempo e consolida fortemente essa associação, o próprio elemento linguístico passa a carregar as características estereotipadas atribuídas a esse grupo. É assim que unidades lexicais, pronúncias e estruturas gramaticais se tornam “ignorantes”, “descuidadas”, “reservadas”, “amigosas” e assim por diante, embora tais propriedades não sejam inerentes às formas linguísticas em si. Para um panorama mais recente e detalhado dessas questões cognitivas, em grande medida sob uma perspectiva conexionista, ver Preston (2015; 2016; 2017a).

3 Os limites e o futuro

A Figura 1 introduziu o termo “olhar”, que venho empregando há algum tempo a fim de situar os interesses e métodos da Linguística popular em um quadro mais amplo. A Figura 2 explicita o que entendo por isso:

Figura 2: Taxonomia da linguística popular e dos campos vizinhos.



Fonte: Preston (2024, p. 71), tradução nossa.

Começamos por caracterizar cada subcampo em termos gerais. A Linguística popular interessa-se principalmente pelas crenças explícitas dos não especialistas a respeito da história, da estrutura e dos usos da linguagem humana. Embora a antropologia linguística tenha implicações bem mais amplas, é seu interesse pela ideologia linguística que a aproxima da Linguística popular. Em sua introdução à obra *Language Ideologies*, Woolard (1998, 4) oferece uma definição “ampla” da ideologia linguística como sendo os “conjuntos compartilhados de noções de senso comum sobre a natureza da linguagem no mundo” (Rumsey 1990, p. 346, tradução nossa)¹³; outra, mais orientada estruturalmente, como “conjuntos de crenças sobre a língua articuladas pelos usuários como racionalização ou justificativa de uma estrutura e de um uso linguísticos percebidos” (Silverstein 1979, p. 193, tradução nossa)¹⁴; e uma terceira, mais sensível à dimensão social: “o sistema cultural

¹³“shared bodies of commonsense notions about the nature of language in the world”.

¹⁴“sets of beliefs about language articulated by users as rationalization or justification of perceived language structure and use”.

de ideias sobre as relações sociais e linguísticas” (Irvine 1989, p. 255, tradução nossa)¹⁵. A parte da psicologia social da linguagem aqui examinada é a das atitudes linguísticas, e Kruglanski e Stroebe (2005, 327) nos dizem que as atitudes são simplesmente crenças que envolvem avaliações.

Um rápido panorama das definições desses subcampos revela que todos buscam responder às mesmas questões: O que as pessoas creem a respeito da sua língua e da língua dos outros? Como reagem a ela? E como agem em função de suas crenças? Alguns parecem concentrar-se mais nas crenças em si (Linguística popular); outros, na organização das crenças e em suas repercussões sobre o comportamento e a cultura (ideologia linguística); outros ainda, na dimensão avaliativa das respostas às diferenças linguísticas (Psicologia social das atitudes linguísticas). No nível superior da Figura 2, identifico esses objetivos manifestamente vinculados sob o rótulo “Olhar linguístico”.

Um nível abaixo dos próprios subcampos, talvez consigamos diferenciá-los melhor com base em suas principais metodologias. Infelizmente, as caracterizações gerais aqui apresentadas não refletem a prática efetiva. Mesmo no interior da Linguística popular, diversos procedimentos experimentais foram empregados, recorrendo a amostras vocais reais ou a rótulos que refletem a caracterização das variedades linguísticas pelos respondentes (ex. Niedzielski, 1999; Plichta e Preston, 2005). A Linguística popular, assim como os estudos em Linguística antropológica, debruçou-se também sobre as categorias de nível superior (ideologias) que identificam as grandes linhas da similaridade cultural. Assim, Preston (2012) faz referência a uma ideologia geral subjacente no inglês estadunidense, que situa a “língua correta” fora da ‘inserção cognitiva’ (*embedding*) da língua real nos indivíduos, o que explica em larga medida a crença popular de que existem falantes que não empregam a “língua correta”.

Os pesquisadores de ideologia linguística também recorreram a experimentos e à atribuição de tarefas aos respondentes, e ainda à observação minuciosa e às análises de discurso. Gal (1978), por exemplo, pediu a

¹⁵“the cultural system of ideas about social and linguistic relationships”.

bilíngues húngaro-alemão da Áustria oriental que indicassem qual língua usariam com diferentes membros da comunidade.

Embora o discurso seja comum aos três subcampos, tendo sido talvez introduzido mais recentemente na psicologia social (ex. Potter; Wetherell, 1987), os estilos de análise diferem bastante. A escuta de respondentes falando sobre a língua é, contudo, ferramenta primordial de coleta de dados em cada uma das três disciplinas.

Por fim, o estilo cognitivo: tradicionalmente, a Linguística popular coleta dados a partir de conversas sobre a língua e de tarefas explícitas, como classificar regiões linguísticas em função do grau de afastamento em relação à região de origem do respondente. Entretanto, todos esses modos de análise, sejam eles baseados em tarefas, em experimentos, ou mesmo na Análise do discurso, revelaram crenças sobre a língua tanto implícitas quanto explícitas. É o caso de Plichta e Preston (2005), experimento de Linguística popular em que se pediu a respondentes estadunidenses que identificassem, sobre uma linha norte-sul, o local de origem de vozes masculinas e femininas, ressumetizadas para refletir sete graus de monotongação do fonema /ay/ (de [aj] a [a:]); essa monotongação é traço bem conhecido do falar do sul dos Estados Unidos. Para surpresa dos pesquisadores, os respondentes se mostraram bastante precisos, situando os exemplos cada vez mais ao sul à medida que a monotongação se acentuava. Mais surpreendente ainda: apesar da ressumetese dos exemplos e da ausência de diferença no grau de monotongação entre as amostras masculinas e femininas, a voz feminina foi julgada, em cada etapa do *continuum*, como “mais setentrional”, ou, se preferirmos, o falante masculino como mais “meridional”. O que começou como um experimento sobre percepção da fala em dialetologia popular revelou a aplicação implícita de um lugar-comum sociolinguístico: as mulheres são falantes mais *standardizantes* do que os homens (Labov 1990, 205). Esse resultado se articula facilmente a outro lugar-comum, compartilhado pela Linguística popular regional, pela dialetologia perceptual e pelos estudos de atitudes linguísticas: o falar do Sul é menos correto (cf. por ex. Preston 1996b). As duas conclusões sobre Linguística popular e atitude linguística podem, evidentemente, ser ancoradas com maior

precisão em ideologias linguísticas sobre sexo e língua¹⁶, assim como naquela de alcance mais geral denominada “mito da língua padrão” (Lippi-Green 1997).

Um vínculo ainda mais explícito entre Linguística popular, atitude e ideologia em relação ao estilo cognitivo aparece em Kristiansen (2009). Em uma tarefa clássica de Linguística popular, o autor pediu a respondentes de toda a Dinamarca que nomeassem sua variedade preferida. Eles escolheram massivamente a variedade local, mas, ao escutá-la ao lado de outras variedades em um teste com vários ‘enunciados disfarçados’ (*verbal guise*), experimento clássico no estudo das atitudes linguísticas, preferiram o “copenhaguense moderno” ao “dinamarquês padrão” e mesmo à própria variedade local. O contraste entre saber declarado e respostas implícitas é interessante. Em todo o país, o dinamarquês tende a aproximar-se do falar “copenhaguense moderno”, e foi essa variedade que recebeu preferência no formato ‘falante disfarçado’ (*matched guise*), em contraste com as respostas explícitas. A ideologia, contudo, também não é ignorada:

Um interesse central de pesquisa do centro LANCHART [Language Change in Real Time] reside no papel da produção de sentido social nos processos de variação e mudança linguística. Essa produção de sentido social sempre se vincula, de algum modo, às estruturas ideológicas que dominam o nível macro da sociedade e organizam diferentes modos de falar em hierarquias de língua ‘boa’ e ‘ruim’ (Kristiansen 2009, p. 187, tradução nossa)¹⁷.

Em outras palavras, os três subcampos enumerados na Figura 2 compartilham não apenas seus objetos de pesquisa, mas também os métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Isso me leva a crer que a expressão “Olhar linguístico”, além de permitir a identificação desses pontos comuns, também incentiva os pesquisadores de cada um desses subcampos a

16 N. do T.: No Brasil, o livro de Malcolm Coulthard, *Linguagem em sexo*, publicado no início dos anos noventa do século passado é um exemplo lapidar do que o autor descreve sobre as ideologias entre linguagem e sexo. Coulthard aborda nesse livro como o sexo do falante influencia a forma como fala, incluindo variações na gramática e regras de interação. Atualmente essas discussões se concentram no uso da linguagem neutra, como é o caso do livro da sociolinguista Raquel Freitag: “Não existe linguagem neutra: gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro”, publicado em 2024.

17 “A major research interest of the LANCHART [Language Change in Real Time] centre is with the role of social meaning making in processes of language variation and change. Such social meaning making will always relate, somehow, to ideological structures that dominate at the macro-level of society and organize different ways of speaking into hierarchies of ‘good’ and ‘bad’ language”.

tirar proveito de sua interdependência. A complexidade dos fundamentos cognitivos do olhar, o elemento comum na parte inferior da Figura 2, certamente torna necessárias essas abordagens de fertilização cruzada. Nesse sentido, ignorar a necessidade de variar as abordagens para apreender dados tão complexos poderia comprometer a precisão e o rigor.

Referências bibliográficas

ANDERS, Christina Ada; HUNDT, Markus; LASCH, Alexander (ed.).

Perceptual Dialectology. Berlin; New York: De Gruyter, 2010.

BOTKIN, Benjamin A. **A Manual for Folklore Studies**. Washington, D.C.: Federal Writers' Project files (FWPNA), National Archives, 15 ago. 1938. Box 69. [Documento de arquivo.]

CANOBBIO, Sabina; IANNÀCCARO, Gabriele (ed.). Contributo per una bibliografia sulla dialettologia percettiva. *In: Atlante Linguistico ed Etnografico del Piemonte Occidentale*, n. 5. Torino: Università degli Studi di Torino, Dipartimento di Scienze del Linguaggio; Consiglio Nazionale delle Ricerche; Edizione dell'Orso, 2000.

CINI, Monica; REGIS, Riccardo (ed.). Che cosa ne pensa oggi Chiaffredo Roux? Percorsi della dialettologia perzezionale all'alba del nuovo millennio. *In: Atlante Linguistico ed Etnografico del Piemonte Occidentale*, n. 6. Torino: Università degli Studi di Torino, Dipartimento di Scienze del Linguaggio; Consiglio Nazionale delle Ricerche; Edizioni dell'Orso, 2002.

DAAN, Jo. Dialecten. *In: DAAN, Jo; BLOK, D. P. (ed.). Van randstad tot landrand*. Amsterdam: Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen, 1999 [1970]. p. 7-43. (Bijdragen en Mededelingen der Dialectencommissie, XXXVII). Tradução inglesa: Dialects. *In: PRESTON, Dennis R. (ed.). Handbook of Perceptual Dialectology*, v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1999. p. 9-30.

D'AGOSTINO, Maria. **Percezione dello spazio, spazio della percezione**: la variazione linguistica fra nuovi e vecchi strumenti di analisi. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 2002.

GAL, Susan. Peasant Men can't Get Wives: Language Change and Sex Roles in a Bilingual Community. **Language in Society**, v. 7, n. 1, p. 1-16, 1978.

GOULD, Peter; WHITE, Rodney. **Mental Maps**. New York; Baltimore: Penguin Books, 1974.

HOENIGSWALD, Henry. A Proposal for the Study of Folk-Linguistics. *In*: BRIGHT, William (ed.). **Sociolinguistics**. The Hague: Mouton, 1966. p. 16-26.

HYMES, Dell. Models of the Interaction of Language and Social Life. *In*: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (ed.). **Directions in Sociolinguistics: the Ethnography of Communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35-71.

INOUE, Fumio. Hôgen Imêji no Tahenryô Kaiseki ['Multi-variate analysis of dialect image'], part 1. **Gengo Seikatsu**, n. 311, p. 82-91, 1977-1978.

INOUE, Fumio. Hôgen Imêji no Tahenryô Kaiseki ['Multi-variate analysis of dialect image'], part 2. **Gengo Seikatsu**, n. 312, p. 82-88, 1978-1979.

IRVINE, Judith. When Talk isn't Cheap: Language and Political Economy. **American Ethnologist**, v. 16, p. 248-267, 1989.

IRVINE, Judith. "Style" as Distinctiveness: the Culture and Ideology of Linguistic Differentiation. *In*: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (ed.). **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

KRISTIANSEN, Tore. The Macro-Level Meanings of Late-Modern Danish Accents. **Acta Linguistica Hafniensia**, v. 41, p. 167-192, 2009.

KRUGLANSKI, Arie W.; STROEBE, Wolfgang. The Influence of Beliefs and Goals on Attitudes. *In*: ALBARRACÍN, Dolores; JOHNSON, Blair T.; ZANNA, Mark P. (ed.). **The Handbook of Attitudes**. Mahwah, NJ; London: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. p. 323-368.

LABOV, William. The Intersection of Sex and Social Class in the Course of Linguistic Change. **Language Variation and Change**, v. 2, n. 2, p. 205-254, 1990.

- LIPPI-GREEN, Rosina. **English with an Accent**. London; New York: Routledge, 1997.
- LONG, Daniel; PRESTON, Dennis R. (ed.). **Handbook of Perceptual Dialectology**, v. 2. Amsterdam: Benjamins, 2002.
- NIEDZIELSKI, Nancy. The Effect of Social Information on the Perception of Sociolinguistic Variables. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 18, n. 1, p. 62-85, 1999.
- NIEDZIELSKI, Nancy; PRESTON, Dennis R. **Folk Linguistics**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2003.
- PAVEAU, Marie-Anne. Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk. *In*: ACHARD-BAYLE, Guy; PAVEAU, Marie-Anne (ed.). Linguistique populaire? **Pratiques**, n. 139-140, p. 93-109, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pratiques.1168>.
- PEACOCK, Matthew. Exploring the Gap between Teachers' and Learners' Beliefs about "Useful" Activities for EFL. **International Journal of Applied Linguistics**, v. 8, n. 2, p. 233-248, 1998.
- PLICHTA, Bartłomiej. **Interdisciplinary Perspectives on the Northern Cities Chain Shift**. 2004. PhD dissertation — Michigan State University, East Lansing, 2004.
- PLICHTA, Bartłomiej; PRESTON, Dennis R. The /ay/s Have It: the Perception of /ay/ as a North-South Stereotype in United States English. *In*: KRISTIANSEN, Tore; GARRETT, Peter; COUPLAND, Nikolas (ed.). **Subjective Processes in Language Variation and Change**. Acta Linguistica Hafniensia, v. 37, p. 107-130, 2005.
- POLLE, Konrad Friedrich. **Wie denkt das Volk über die Sprache?** Leipzig: Teubner, 1898.
- POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margaret. **Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour**. London: Sage, 1987.
- PRESTON, Dennis R. **Perceptual Dialectology: Nonlinguists' Views of Areal Linguistics**. Dordrecht; Providence: Foris, 1989.

- PRESTON, Dennis R. "Whaddayaknow": the Modes of Folk Linguistic Awareness. **Language Awareness**, v. 5, n. 1, p. 40-74, 1996a.
- PRESTON, Dennis R. Where the Worst English is Spoken. *In*: SCHNEIDER, Edgar (ed.). **Focus on the USA**. Amsterdam: Benjamins, 1996b. p. 297-360.
- PRESTON, Dennis R. (ed.). **Handbook of Perceptual Dialectology**, v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1999.
- PRESTON, Dennis R. What is Folk Linguistics? Why Should You Care? **Lingua Posnaniensis**, v. 47, p. 143-162, 2005.
- PRESTON, Dennis R. Mapping the Geolinguistic Spaces of the Brain. *In*: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland; RABANUS, Stefan (ed.). **Language and Space: an International Handbook of Linguistic Variation**, v. 2: Language Mapping. Berlin; New York: De Gruyter, 2010a. p. 121-141.
- PRESTON, Dennis R. Perceptual Dialectology in the 21st Century. *In*: ANDERS, Christina Ada; HUNDT, Markus; LASCH, Alexander (ed.). **Perceptual Dialectology**. Berlin; New York: De Gruyter, 2010b. p. 1-30.
- PRESTON, Dennis R. Methods in (Applied) Folk Linguistics: Getting into the Minds of the Folk. **AILA Review**, v. 24, p. 15-39, 2010c.
- PRESTON, Dennis R. Damned if You Do & Damned if You Don't: the Perception of Languages & Language Varieties in a Globalizing World. *In*: KOLL-STOBBE, Amei; KNOSPE, Sebastian (ed.). **Language Contact around the Globe: Proceedings of the Language Contact in Times of Globalisation 3 Conference, 30 June 2011 - 2 July 2011, University of Greifswald, Germany**. New York; Berlin: Lang, 2012. p. 235-258.
- PRESTON, Dennis R. Does Language Regard Vary? *In*: PRIKHODKINE, Alexei; PRESTON, Dennis R. (ed.). **Responses to Language Varieties: Variation, Processes and Outcomes**. Amsterdam: Benjamins, 2015. p. 3-36.
- PRESTON, Dennis R. Whaddayaknow Now? *In*: BABEL, Anna M. (ed.). **Awareness & Control in Sociolinguistic Research**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 177-199.
- PRESTON, Dennis R. The Cognitive Foundations of Language Regard. **Poznań Studies in Contemporary Linguistics**, v. 53, n. 1, p. 17-42, 2017a.

PRESTON, Dennis R. Perceptual Dialectology. *In*: BOBERG, Charles; NERBONNE, John; WATT, Dominic (ed.). **Handbook of Dialectology**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2017b. p. 177-203.

PRESTON, Dennis R. Folk Linguistics and Language Awareness. *In*: GARRETT, Peter; COTS, Josep M. (ed.). **Handbook of Language Awareness**. London: Routledge, 2017c. p. 375-385.

PRESTON, Dennis R. Borders, Imaginary and Real. *In*: PALANDER, Marjatta; KOIVISTO, Vesa; RIIONHEIMO, Helka (ed.). **On the Borderline of Finnish and Karelian: Perspectives on Cognate Languages and Dialects**. Helsinki: The Finnish Literature Society, 2018. p. 16-37.

PRESTON, Dennis R. L'évolution de la linguistique populaire comme domaine d'étude. *In*: BECKER, Lidia; HERLING, Sandra; WOCHLE, Holger (ed.). **Manuel de linguistique populaire**. Berlin; Boston: De Gruyter, 2024. cap. 2, p. 63-76. (Manuals of Romance Linguistics, v. 34).

RUMSEY, Alan. Wording, Meaning, and Linguistic Ideology. **American Anthropologist**, v. 92, p. 346-361, 1990.

SIBATA, Takesi. Consciousness of Language Norms. *In*: KUNIHIRO, Tetsuya; INOUE, Fumio; LONG, Daniel (ed.). **Takesi Sibata: Sociolinguistics in Japanese Contexts**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1999 [1971]. p. 371-377.

SILVERSTEIN, Michael. Language Structure and Linguistic Ideology. *In*: CLYNE, Paul R.; HANKS, William F.; HOFBAUER, Carol F. (ed.). **The Elements: a Parasession on Linguistic Units and Levels**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

SILVERSTEIN, Michael. **The Limits of Awareness**. Austin, TX: Southwest Educational Development Laboratory, 1981. (Sociolinguistic Working Paper, 84).

TÔJÔ, Misao. **Nihon Hōgengaku**. Tokyo: Yoshikawa Kobunkan, 1953.

WATKINS, Calvert A. Appendix I: Indo-European Roots. *In*: **The American Heritage Dictionary of the English Language**. Boston; New York: Houghton Mifflin, 2000. p. 1505-1550.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical Foundations for a Theory of Linguistic Change. *In*: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (ed.). **Directions for Historical Linguistics**: a Symposium. Austin; London: University of Texas Press, 1968. p. 95-188.

WIKIPEDIA. Folk Linguistics. *In*: **WIKIPEDIA**: the Free Encyclopedia. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Folk_linguistics. Acesso em: 7 maio 2017.

WILLEMS, Pieter. **Corpus Dialectmateriaal**. 1886. Pesquisa realizada para a Academia Real Flamenga de Língua e Literatura, hoje Koninklijke Academie voor Nederlandse Taal- en Letterkunde. Microcópias depositadas nos institutos de Dialetoлогия e de Fonética da Katolieke Universiteit Leuven, na Radboud Universiteit Nijmegen e no Meertens Instituut de Amsterdam. Disponível em: <https://bouwstoffen.kantl.be/CPWNL/CPWNL.xq>. Acesso em: 24 mar. 2021.

WOOLARD, Kathryn A. Introduction: Language Ideology as a Field of Inquiry. *In*: SCHIEFFELIN, Bambi B.; WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (ed.). **Language Ideologies**: Practice and Theory. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-47.

Recebido em: 16-05-2026

Aprovado em: 01-06-2026